

REFLEXÃO, ÉTICA E LINGUAGEM: A EDUCAÇÃO FILOSÓFICO-DISCURSIVA NO CONTEXTO DAS FAKE NEWS

REFLECTION, ETHICS, AND LANGUAGE: PHILOSOPHICAL-DISCURSIVE EDUCATION
IN THE CONTEXT OF FAKE NEWS

REFLEXIÓN, ÉTICA Y LENGUAJE: LA EDUCACIÓN FILOSÓFICO-DISCURSIVA EN EL
CONTEXTO DE LAS FAKE NEWS

Ruth Léia Ferreira¹

Eliane Laurentino²

Rozineide Iraci Pereira da Silva³

RESUMO: A disseminação das fakes news representa um dos maiores desafios contemporâneos para a formação ética, crítica e linguística dos sujeitos. Este artigo tem como objetivo investigar de que maneira a educação filosófico-discursiva pode contribuir para o enfrentamento da desinformação no contexto escolar. Parte-se do problema de pesquisa: como formar estudantes capazes de resistir criticamente à manipulação informacional promovida pelas fakes news? Justifica-se a relevância do estudo diante da crescente vulnerabilidade de jovens frente à desinformação digital, reconhecendo que o desenvolvimento de competências argumentativas, éticas e interpretativas é fundamental para a construção de uma sociedade democrática. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise teórica. O referencial teórico dialoga com autores como Paulo Freire (1996), Jürgen Habermas (1984), Hannah Arendt (1971), Mikhail Bakhtin (1981) e Michel Foucault (1971), articulando os campos da filosofia, da ética e da análise do discurso. A pesquisa propõe uma intervenção pedagógica composta por estratégias didáticas voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico, da análise discursiva e da produção responsável de conteúdo informacional. Conclui-se que a abordagem filosófico-discursiva permite formar sujeitos mais conscientes, reflexivos e eticamente comprometidos com a verdade.

Palavras-chave: Educação. Fake News. Filosofia.

¹Especialização em gestão escolar- Licenciatura plena em História.

²Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas.

³Professora orientadora da Christian Business School - CBS. PhD,doutora em ciências da educação, mestra em ciências da educação, especialista em escrita científica avançada, psicopedagoga, pedagoga, Professora do ensino superior.

ABSTRACT: The dissemination of fake news represents one of the greatest contemporary challenges to the ethical, critical, and linguistic formation of individuals. This article aims to investigate how philosophical-discursive education can contribute to combating misinformation within the school context. The study is guided by the following research problem: how can students be educated to critically resist informational manipulation promoted by fake news? The relevance of this research is justified by the growing vulnerability of young people to digital misinformation, recognizing that the development of argumentative, ethical, and interpretative skills is fundamental for the construction of a democratic society. The methodology adopted is qualitative in nature, based on a bibliographic review and theoretical analysis. The theoretical framework engages with authors such as Paulo Freire (1996), Jürgen Habermas (1984), Hannah Arendt (1971), Mikhail Bakhtin (1981), and Michel Foucault (1971), articulating the fields of philosophy, ethics, and discourse analysis. The study proposes a pedagogical intervention composed of teaching strategies aimed at developing critical thinking, discourse analysis, and the responsible production of informational content. It is concluded that the philosophical-discursive approach enables the formation of more conscious, reflective, and ethically committed individuals dedicated to the pursuit of truth.

Keywords: Education. Fake News. Philosophy.

RESUMEN: La difusión de las fake news representa uno de los mayores desafíos contemporáneos para la formación ética, crítica y lingüística de los sujetos. Este artículo tiene como objetivo investigar de qué manera la educación filosófico-discursiva puede contribuir al enfrentamiento de la desinformación en el contexto escolar. Se parte del siguiente problema de investigación: ¿cómo formar estudiantes capaces de resistir críticamente a la manipulación informativa promovida por las fake news? La relevancia del estudio se justifica por la creciente vulnerabilidad de los jóvenes frente a la desinformación digital, reconociendo que el desarrollo de competencias argumentativas, éticas e interpretativas es fundamental para la construcción de una sociedad democrática. La metodología adoptada es de carácter cualitativo, basada en la revisión bibliográfica y el análisis teórico. El marco teórico dialoga con autores como Paulo Freire (1996), Jürgen Habermas (1984), Hannah Arendt (1971), Mikhail Bajtín (1981) y Michel Foucault (1971), articulando los campos de la filosofía, la ética y el análisis del discurso. La investigación propone una intervención pedagógica compuesta por estrategias didácticas orientadas al desarrollo del pensamiento crítico, el análisis discursivo y la producción responsable de contenidos informativos. Se concluye que el enfoque filosófico-discursivo permite formar sujetos más conscientes, reflexivos y éticamente comprometidos con la verdad.

Palabras clave: Educación. Fake News. Filosofía.

INTRODUÇÃO

A proliferação das chamadas fakes news tornou-se uma característica marcante da contemporaneidade, impulsionada pela massificação das tecnologias digitais e pelo crescimento vertiginoso das redes sociais como principais canais de comunicação e interação social. A facilidade de produção e compartilhamento de conteúdo, aliada à lógica algorítmica das plataformas, favorece a circulação rápida de informações sem a necessária verificação de sua

veracidade. Como consequência, a sociedade enfrenta um cenário em que narrativas falsas ou distorcidas se espalham com a mesma, ou até maior, intensidade que informações fundamentadas e verificadas.

Esse fenômeno não se limita ao campo informacional, mas atinge dimensões éticas, políticas e culturais. As fakes News não apenas desinformam; elas moldam percepções, reforçam preconceitos, fragmentam o tecido social e minam a confiança nas instituições e nos processos democráticos. Seu impacto ultrapassa a esfera individual, influenciando eleições, decisões políticas, opiniões públicas e até mesmo comportamentos de saúde coletiva, como observado durante a pandemia da COVID-19.

Diante dessa realidade, torna-se evidente que combater a desinformação não é tarefa que possa se restringir a iniciativas tecnológicas ou jurídicas. Embora ferramentas de checagem de fatos, regulamentações e políticas públicas sejam importantes, elas são insuficientes para lidar com a complexidade cultural e cognitiva envolvida na aceitação ou rejeição de informações. É nesse ponto que a educação assume papel central, especialmente uma educação que vá além da transmissão de conteúdos e que seja orientada para a formação de sujeitos reflexivos, críticos e eticamente comprometidos com a verdade e a responsabilidade comunicativa.

A abordagem filosófico-discursiva oferece, nesse contexto, um campo fértil para pensar a educação como prática de liberdade, no sentido freiriano, capaz de despertar nos indivíduos a consciência crítica necessária para questionar e interpretar os discursos que circulam no espaço público. A filosofia contribui para a construção de um pensamento que não se satisfaz com explicações superficiais; a ética fornece os referenciais normativos para avaliar as consequências morais de nossas ações comunicativas; e a análise da linguagem revela as estratégias retóricas e discursivas utilizadas para manipular percepções e crenças.

Este artigo parte da premissa de que enfrentar as fakes News exigem mais do que identificar informações falsas: é preciso compreender os mecanismos discursivos que as sustentam, refletir criticamente sobre os valores éticos que orientam nossa relação com a verdade e desenvolver práticas educativas que formem cidadãos capazes de resistir às narrativas enganosas. Assim, propõe-se investigar como a educação filosófico-discursiva pode ser aplicada como ferramenta estratégica na promoção de uma cultura de integridade informacional, engajamento crítico e responsabilidade ética no uso da linguagem.

FAKE NEWS COMO DESAFIO ÉTICO E PEDAGÓGICO

O fenômeno das fake News é um dos maiores desafios éticos e pedagógicos do século XXI. Sua proliferação está diretamente associada à convergência entre tecnologias digitais, redes sociais e mudanças no comportamento informacional da sociedade. Como observa Nayara Nascimento Francesco e Simone Delago Leone (2020, p.5), vivemos em uma “era da desordem informacional”, na qual a circulação de informações falsas, enganosas ou manipuladas afeta não apenas a esfera política, mas também questões de saúde, economia e convivência social.

Do ponto de vista ético, as fakes News configuram uma violação grave do pacto comunicativo que sustenta a vida social. Kant (1785), ao formular o imperativo categórico, afirma que “agir apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (Kant, 1785, p. 51). Nesse sentido, a mentira e, por extensão, a desinformação, é moralmente inadmissível, pois universalizá-la significaria destruir a confiança que fundamenta as interações humanas.

A gravidade ética das fake news reside no fato de que, mesmo quando desmentidas, continuam a produzir efeitos. Como aponta João Victor Pereira (2024, p. 106), “a correção de informações falsas raramente é totalmente eficaz”, pois a informação inicial tende a permanecer na memória das pessoas, moldando percepções e decisões. Um exemplo emblemático ocorreu durante a pandemia da COVID-19, quando informações falsas sobre curas milagrosas e tratamentos ineficazes se espalharam rapidamente, comprometendo políticas de saúde pública e colocando vidas em risco (Fernandes et al., 2020).

No plano pedagógico, o desafio é igualmente complexo. A educação não pode assumir que basta apresentar dados corretos para neutralizar a desinformação. Estudos mostram que as fakes news exploram vieses cognitivos, como o viés de confirmação, levando as pessoas a aceitar como verdadeiras informações que reforçam suas crenças prévias (Nickerson, 1998). Van Dijk (2008) lembra que a manipulação discursiva não se dá apenas pelo conteúdo explícito das mensagens, mas também pela forma como moldam o enquadramento (framing) da realidade, orientando a interpretação dos fatos de maneira sutil.

Além disso, a estrutura das plataformas digitais favorece a propagação da desinformação. Como destaca Pereira (2024), os algoritmos criam “bolhas de filtro” que reforçam conteúdos alinhados às preferências do usuário, reduzindo sua exposição a

perspectivas divergentes. Isso potencializa a formação de “câmaras de eco” onde fake news encontram terreno fértil para se consolidarem como “verdades” compartilhadas por grupos.

A consequência prática é que combater as fakes news exige mais do que estratégias técnicas de verificação: requer formação crítica e ética. Paulo Freire (1996, p. 29) adverte que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, enfatizando que o papel do educador é criar condições para que o aluno investigue, questione e construa conhecimento de forma autônoma. Essa postura implica compreender que a educação contra a desinformação é, acima de tudo, um processo formativo que busca despertar a consciência crítica e a responsabilidade social.

Outro ponto central é que o combate às fakes news envolve responsabilidade compartilhada. Leonardo Ripoll e Fábio Canto (2019, p. 73) afirma que “a responsabilidade ética na comunicação não se limita a jornalistas ou produtores de conteúdo; ela se estende a todos os participantes da esfera pública”. Assim, formar cidadãos capazes de reconhecer, questionar e recusar a disseminação de notícias falsas é também preparar multiplicadores de pensamento crítico em suas comunidades.

Portanto, o enfrentamento das fakes news não é apenas uma questão de corrigir informações erradas, mas de transformar a cultura informacional. Isso só é possível por meio de uma educação filosófico-discursiva que integre reflexão crítica, consciência ética e análise linguística. Nesse sentido, o papel da escola é criar ambientes de aprendizagem que possibilitem ao estudante investigar, analisar e reconstruir narrativas de forma consciente, fortalecendo assim sua autonomia intelectual e sua participação ética no debate público.

A EDUCAÇÃO FILOSÓFICA-DISCURSIVA

A educação filosófica-discursiva no combate às fakes news demanda um diálogo interdisciplinar entre filosofia, ética e análise da linguagem. Esses três eixos teóricos permitem compreender não apenas o que são as notícias falsas, mas como elas se estruturam, circulam e afetam a formação da opinião pública.

O pensamento reflexivo é um dos pilares da tradição filosófica. Sócrates já defendia que “uma vida não examinada não vale a pena ser vivida” (Sócrates, 200, p. 38), enfatizando que o questionamento contínuo é essencial para a busca da verdade. Platão, em sua alegoria da caverna (A República, Livro VII), ilustra como indivíduos podem viver aprisionados a ilusões, acreditando serem verdadeiras as sombras que percebem. Essa metáfora é especialmente

pertinente ao fenômeno das fakes news, em que narrativas distorcidas são tomadas como fatos pela ausência de reflexão crítica.

John Dewey (1933) aprofunda essa perspectiva ao definir a reflexão como “consideração ativa, persistente e cuidadosa de qualquer crença ou forma suposta de conhecimento à luz das razões que a sustentam e das conclusões a que ela conduz” (Dewey, 1933, p. 9). Para Dewey, a função da educação é justamente cultivar nos indivíduos a capacidade de pensar criticamente frente a problemas complexos e incertos.

Hannah Arendt (1971), por sua vez, argumenta que a incapacidade ou recusa de pensar pode gerar cumplicidade com o mal. Em *A vida do espírito*, ela defende que a reflexão é um exercício ético fundamental, pois “pensar é estar disposto a julgar” (Arendt, 1971, p. 191). Assim, a ausência de pensamento crítico diante de conteúdos enganosos não é apenas um problema cognitivo, mas também moral.

A ética, enquanto campo normativo, fornece os princípios que orientam a responsabilidade comunicativa. Augusto Kant (1785) sustenta, no *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, que o ato de mentir é moralmente condenável, pois não pode ser universalizado sem comprometer a própria ideia de confiança social. No caso das fake news, a falsificação intencional de informações viola este imperativo categórico, corroendo a base ética que sustenta a convivência democrática.

6

Jürgen Habermas (1984), na *Teoria da Ação Comunicativa*, estabelece que o diálogo autêntico exige um compromisso com a sinceridade, a veracidade e a legitimidade. Para ele, “o mundo da vida se sustenta pela confiança na validade das pretensões de verdade” (Habermas, 1984, p. 86). Quando a comunicação é corrompida por informações falsas, rompe-se esse pacto ético, inviabilizando a construção de consensos legítimos.

Além disso, Ripoll e Canto (2019), ao discutir a ética jornalística, afirma que a responsabilidade informacional é compartilhada: produtores, difusores e consumidores de conteúdo precisam atuar como guardiões da qualidade e veracidade das informações que circulam. Isso implica não apenas evitar a criação e o compartilhamento de fake news, mas também exercer vigilância crítica frente ao que se consome.

Já a linguagem é um dos principais vetores das fakes news, pois não apenas descreve a realidade, mas também a constrói. Mikhail Bakhtin (1981, p. 280) lembra que “todo enunciado é uma resposta a enunciados anteriores”, ou seja, o discurso está sempre inserido em um diálogo

social e ideológico. Esse caráter dialógico permite que narrativas falsas se apoiem em discursos preexistentes, reforçando crenças já enraizadas no público.

Michel Foucault (1971, p. 12), em *A Ordem do Discurso*, destaca que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, e pelo que, se luta”. Nesse sentido, as fakes news podem ser compreendidas como ferramentas de disputa política e social, utilizadas para moldar percepções e legitimar determinadas agendas.

Norman Fairclough (1995, p. 7), na perspectiva da análise crítica do discurso, afirma que “a linguagem é uma forma de prática social”, implicando que sua função não se limita à comunicação, mas à produção e manutenção de relações de poder. As fakes news exploram estratégias linguísticas, como metáforas simplificadoras, apelos emocionais e generalizações abusivas, para criar efeitos de credibilidade e verossimilhança.

Van Dijk (2008) acrescenta que a manipulação discursiva frequentemente se apoia em vieses cognitivos e no controle do contexto comunicativo. Para ele, compreender a estrutura textual e as estratégias retóricas utilizadas nas fakes news é um passo fundamental para desarmá-las.

A educação filosófico-discursiva é compreendida aqui como uma prática pedagógica que une a reflexão crítica da filosofia, os fundamentos normativos da ética e as ferramentas analíticas da linguística e da análise do discurso. Ela não se limita a ensinar conteúdos teóricos, mas busca formar cidadãos capazes de interpretar, questionar e reconstruir narrativas de forma consciente e responsável.

Segundo Paulo Freire (1996), a educação deve ser um ato político e libertador, no qual os educandos são estimulados a “ler o mundo” antes mesmo de ler a palavra (p. 13). Essa perspectiva dialoga diretamente com o enfrentamento das fakes news, pois exige que o indivíduo desenvolva a habilidade de interpretar criticamente as informações que circulam no espaço público.

A educação filosófico-discursiva fundamenta-se na compreensão de que a formação do sujeito crítico e ético exige mais do que o acúmulo de informações: ela requer o desenvolvimento de competências intelectuais e morais que permitam compreender, avaliar e intervir nos discursos que moldam a realidade social. No contexto das fakes news, esses fundamentos se tornam ainda mais relevantes, pois a simples exposição de fatos não garante que eles sejam reconhecidos como verdadeiros; é necessário que o indivíduo tenha as ferramentas cognitivas, éticas e linguísticas para interpretar e julgar de maneira autônoma.

A educação filosófico-discursiva, ao articular reflexão crítica, consciência ética e análise da linguagem, oferece um caminho consistente para enfrentar a complexidade do fenômeno das fakes news. Mais do que transmitir informações corretas, ela busca criar condições para que o aprendiz desenvolva autonomia intelectual, discernimento ético e sensibilidade discursiva, competências essenciais para navegar de forma responsável no ecossistema informacional contemporâneo.

Na perspectiva da educação filosófico-discursiva, o papel do professor e da escola é central para o sucesso de qualquer intervenção contra as fakes news. Não se trata apenas de transmitir conteúdos corretos, mas de criar um ambiente formativo que estimule a reflexão crítica, a autonomia intelectual e o compromisso ético com a comunicação.

O professor atua como mediador crítico, facilitador de diálogos e provocador de reflexões, ajudando o estudante a construir não apenas conhecimento, mas também autonomia intelectual e consciência ética. Nesse modelo, ensinar significa criar condições para que o aluno desenvolva habilidades de pensamento crítico, análise discursiva e responsabilidade comunicativa, competências essenciais para enfrentar o fenômeno das fakes news.

Paulo Freire (1996, p. 47) enfatiza que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Isso significa que o professor não impõe respostas prontas, mas estimula questionamentos e investigações que levam o aluno a formular suas próprias conclusões. No contexto das fakes news, essa postura implica incentivar o estudante a desconfiar de informações recebidas, a investigar suas origens e a avaliar suas implicações éticas antes de aceitá-las ou compartilhá-las.

O professor também precisa assumir a função de modelo ético de comunicação. Ao demonstrar, em suas próprias práticas, o cuidado com a precisão, a clareza e a honestidade no trato com a informação, ele oferece um exemplo concreto de compromisso com a verdade. Habermas (1984) lembra que a legitimidade do diálogo depende de um pacto tácito de sinceridade e veracidade entre os interlocutores; quando o educador encarna esses valores em sua conduta, ele fortalece a credibilidade de seu discurso e inspira seus alunos a fazerem o mesmo.

Além disso, o docente deve ser capaz de mediar conflitos discursivos que surgem inevitavelmente nas discussões sobre temas polêmicos. Como a desinformação frequentemente está ligada a disputas ideológicas e afetivas, o professor precisa criar um ambiente seguro onde os estudantes se sintam à vontade para expor e revisar suas opiniões, sempre com base no

respeito mútuo e no diálogo fundamentado. Nesse sentido, ele atua como guardião da ética comunicativa, evitando que o debate descambe para ataques pessoais ou reprodução acrítica de narrativas falsas.

Outro aspecto fundamental do papel do professor é o desenvolvimento da metacognição nos alunos, isto é, a capacidade de refletir sobre o próprio processo de pensamento. Ao propor atividades que façam o estudante analisar como chegou a determinada conclusão, quais premissas utilizou e como avaliou as evidências, o professor fortalece a habilidade de autocrítica. Essa prática é crucial para que o aluno reconheça quando foi influenciado por vieses cognitivos ou estratégias retóricas enganosas, algo frequente no consumo de fake news.

Por fim, o professor deve atuar como facilitador de redes de aprendizagem crítica. Isso significa criar oportunidades para que os alunos colaborem entre si na análise e verificação de informações, desenvolvendo não apenas habilidades individuais, mas também competências coletivas de checagem e produção de conteúdos confiáveis. Ao promover essas interações, o docente ajuda a construir uma cultura escolar de responsabilidade compartilhada pela integridade informacional.

Quanto à escola, seu papel é criar as condições institucionais para que essas práticas ocorram de forma sistemática. Isso envolve: Garantir tempo no currículo para atividades de análise crítica de informação; Disponibilizar recursos tecnológicos para pesquisas e verificações; Estimular projetos interdisciplinares que envolvam filosofia, linguística, sociologia, tecnologia e ética e incorporar no Projeto Político-Pedagógico (PPP) o compromisso com a formação crítica e ética frente à desinformação.

A escola deve ainda atuar como ponto de difusão de práticas cidadãs. Ao abrir espaço para que os trabalhos de verificação de veracidade e produção de narrativas responsáveis feitos pelos alunos sejam apresentados à comunidade, ela amplia o impacto da intervenção para além do espaço escolar. Desse modo, cumpre sua função social de contribuir para a construção de uma esfera pública mais saudável, fortalecendo o pacto ético que sustenta a vida democrática.

Portanto, como mencionado o professor e a escola não são apenas agentes transmissores de conhecimento, mas atores estratégicos na resistência à desinformação. Seu papel é criar, sustentar e expandir uma cultura educativa que valorize a verdade, o diálogo e a responsabilidade coletiva na produção e circulação de informações.

Em síntese, na educação filosófica-discursiva, o professor e a escola são agentes ativos na formação de cidadãos críticos e éticos, capazes de navegar com autonomia e discernimento

no complexo ecossistema informacional contemporâneo. Seus objetivos não se restringem a ensinar sobre fake news, mas a formar sujeitos capazes de reconhecê-las, desarmá-las e, sobretudo, agir para que elas percam espaço no debate público.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL

A efetivação da educação filosófica-discursiva no combate às fakes news depende da adoção de estratégias pedagógicas que unam a teoria à prática, promovendo situações de aprendizagem que desafiem os estudantes a refletir criticamente, agir eticamente e analisar discursos de maneira consciente. Não basta expor o fenômeno das fakes news de forma abstrata; é necessário que o aluno vivencie experiências concretas de interpretação, verificação e reconstrução de narrativas, desenvolvendo assim competências para lidar com a desinformação em seu cotidiano.

Diante dos desafios éticos e pedagógicos impostos pelas fakes news, é imprescindível que a escola assuma um papel ativo na formação de sujeitos críticos, éticos e discursivamente conscientes. Essa proposta de intervenção educacional tem como objetivo operacionalizar a abordagem filosófico-discursiva, unindo reflexão crítica, consciência ética e análise da linguagem em práticas pedagógicas concretas.

Conforme defende Paulo Freire (1996, p. 45), a educação deve ser “um ato de conhecimento e um ato político”, no qual o professor não se limita a transmitir conteúdos, mas promove a conscientização e a autonomia intelectual do estudante. Assim, a intervenção aqui proposta não se reduz a um conjunto de atividades isoladas, mas a um processo formativo contínuo que deve ser incorporado ao currículo escolar.

A proposta de intervenção educacional aqui proposta é orientada pela perspectiva filosófico-discursiva e parte de objetivos que não se limitam à mera transmissão de conhecimentos sobre fake news, mas buscam promover transformações cognitivas, éticas e comportamentais duradouras nos estudantes. Trata-se de formar sujeitos capazes de atuar ativamente no espaço público digital e analógico, resistindo à manipulação informacional e contribuindo para a construção de um ambiente comunicativo mais saudável.

O primeiro objetivo dessa intervenção é desenvolver o pensamento crítico por meio da filosofia e do diálogo reflexivo. Aqui, inspiramo-nos na tradição socrática, que entende a reflexão como um exercício permanente de exame das ideias e das próprias crenças. Dewey (1933) reforça que a reflexão é um processo ativo e deliberado, orientado pela busca de

evidências e pela análise das consequências. No contexto da desinformação, essa capacidade permite ao estudante não apenas identificar incoerências ou lacunas em um discurso, mas também compreender as motivações subjacentes à sua produção e circulação.

O segundo objetivo é fortalecer a consciência ética sobre a produção e circulação de informações. A partir da filosofia moral kantiana, compreende-se que a veracidade não é apenas uma questão técnica, mas um imperativo ético que garante a confiança entre as pessoas e sustenta a vida democrática. Ao desenvolver essa consciência, o estudante entende que compartilhar ou validar fake news não é um ato neutro, mas uma escolha com implicações morais e sociais, podendo causar danos concretos a indivíduos, grupos e instituições. Habermas (1984) complementa essa visão ao defender que a legitimidade do diálogo depende do compromisso recíproco com a sinceridade e a veracidade.

O terceiro objetivo é capacitar os alunos para a análise discursiva e identificação de estratégias retóricas manipuladoras. A linguagem não é um espelho neutro da realidade, mas um instrumento de poder e construção social (Foucault, 1971). Ao compreender como recursos linguísticos, como metáforas emocionais, enquadramentos seletivos e generalizações abusivas, podem induzir interpretações específicas, o estudante se torna menos vulnerável à sedução discursiva das fake news.

O quarto objetivo consiste em promover práticas de verificação e checagem de fatos em situações reais. Essa competência, embora técnica, está diretamente ligada à postura crítica e ética, pois implica a decisão de não aceitar informações sem validação. Nesse sentido, laboratórios de fact-checking escolares podem transformar a checagem em uma rotina intelectual, reforçando a autonomia na gestão da informação.

Por fim, o quinto objetivo é estimular a produção de narrativas responsáveis como forma de intervenção social. Ao criar conteúdos que refutam desinformações, o estudante experimenta o papel de agente transformador no espaço público, compreendendo que a comunicação é, também, um ato político. Essa prática concretiza a visão de Freire (1996, p. 91), para quem “a palavra verdadeira, que transforma o mundo, é práxis”, unindo reflexão e ação.

Assim, esses objetivos articulam-se para que a intervenção vá além do combate pontual às fake news e se constitua como um processo educativo amplo, capaz de formar cidadãos críticos, éticos e discursivamente conscientes, preparados para atuar de forma responsável em um ecossistema informacional cada vez mais complexo.

ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

A proposta de intervenção educacional proposta neste estudo se organiza em etapas interdependentes, que avançam gradualmente da sensibilização inicial até a prática transformadora. Cada fase busca criar condições para que o estudante desenvolva competências críticas, éticas e discursivas de maneira orgânica, passando do reconhecimento do problema à ação consciente no espaço público.

Etapa 1 – Sensibilização e Diagnóstico: Uma primeira estratégia é a utilização de debates socráticos, nos quais o professor atua como mediador e conduz questionamentos que levam os alunos a explorar a profundidade e a coerência de suas próprias afirmações. Esse método, inspirado na maiêutica socrática, estimula a formulação de perguntas e respostas fundamentadas, deslocando o foco do “ter razão” para o “buscar razões”. No contexto das fake news, essa prática ajuda a evidenciar contradições, falhas argumentativas e generalizações abusivas presentes em discursos enganosos.

O ponto de partida consiste em provocar nos estudantes uma tomada de consciência sobre a presença e o impacto das fake news em suas vidas. Muitas vezes, o fenômeno é percebido de forma abstrata, como algo que acontece “com os outros”, sem que o sujeito reconheça seu próprio envolvimento no consumo ou compartilhamento de informações falsas. Por isso, inicia-se com um diagnóstico, por meio de questionários e rodas de conversa, para mapear hábitos de acesso e confiança em fontes de informação.

Esse momento é crucial para que a aprendizagem parta da experiência vivida. Paulo Freire (1996) enfatiza que a educação libertadora começa pela leitura crítica da realidade próxima. Apresentar casos reais de desinformação, preferencialmente que tenham afetado a comunidade local ou temas de interesse dos alunos, ajuda a contextualizar o problema, dando-lhe concretude. Nesse processo, também se introduz o conceito de “desordem informacional” proposto por Francesco e Leone (2020), diferenciando desinformação (disinformation), má-informação (malinformation) e informação enganosa (misinformation).

Etapa 2 – Formação Crítica Filosófico-Ética: Outra abordagem relevante é a análise crítica de notícias, que consiste em apresentar aos alunos textos jornalísticos verdadeiros e falsos para que comparem seus elementos estruturais e linguísticos. Essa atividade exige atenção à escolha de palavras, ao uso de metáforas, à organização da narrativa e à presença de recursos persuasivos como apelos emocionais ou dados sem fonte. Ao desenvolver essa habilidade, o

estudante passa a reconhecer padrões recorrentes de manipulação discursiva, tornando-se mais resistente à influência de informações distorcidas.

Com a sensibilização estabelecida, passa-se à construção de fundamentos filosóficos e éticos que orientem a interpretação crítica da informação. Essa etapa propõe debates socráticos, leituras comentadas e análise de dilemas morais à luz de Kant, Habermas e Arendt. A intenção é que o estudante compreenda que a ética da comunicação vai além de “não mentir”; trata-se de um compromisso ativo com a verdade e com a preservação da confiança pública.

Dewey (1933) lembra que a reflexão é um hábito que precisa ser cultivado pela prática constante de analisar razões e consequências. Assim, nessa fase, o estudante é desafiado a aplicar a reflexão filosófica a casos reais de fake news, discutindo não apenas a falsidade da informação, mas também seu impacto ético e social.

Etapa 3 – Análise da Linguagem e do Discurso: O uso de estudos de caso éticos amplia o alcance reflexivo dessa prática, trazendo para a sala de aula episódios reais em que a disseminação de informações falsas teve consequências concretas, como crises sanitárias, incitação à violência ou prejuízos políticos. Discutir esses casos à luz de referenciais éticos como os de Kant, Habermas ou Paulo Freire ajuda o aluno a compreender que compartilhar ou validar uma fake news não é um ato neutro, mas uma escolha que implica responsabilidade social.

13

Uma vez compreendidos os fundamentos éticos, é hora de desvelar os mecanismos linguísticos que sustentam a manipulação informacional. Com base em Bakhtin (1981), Foucault (1971) e Fairclough (1995), os alunos analisam como a escolha de palavras, a construção de metáforas e o enquadramento (framing) dos fatos moldam percepções e orientam interpretações.

Nessa fase, são comparadas notícias verdadeiras e falsas, identificando elementos retóricos que conferem aparência de credibilidade ao que é falso. Essa análise desenvolve uma sensibilidade discursiva que torna o aluno menos vulnerável à manipulação, pois ele aprende a reconhecer padrões recorrentes usados na fabricação de fake news.

Etapa 4 – Laboratórios de investigação: Os laboratórios de verificação de veracidade representam uma estratégia prática e investigativa, aproximando os alunos das metodologias utilizadas por organizações de checagem de fatos. Nessas oficinas, os estudantes aprendem a usar ferramentas de verificação de imagens, busca reversa e rastreamento de fontes, bem como a aplicar critérios para avaliar a credibilidade de um conteúdo. Além de desenvolver habilidades

técnicas, essa prática desperta o senso de investigação crítica, estimulando a postura de não aceitar informações de forma passiva.

Depois de compreender o problema em seus aspectos éticos e discursivos, os estudantes passam à ação prática. Nesta etapa, simulam o trabalho de verificadores de fatos, utilizando ferramentas de checagem como Google Reverse Image Search, Snopes, Lupa ou Aos Fatos. O objetivo é internalizar procedimentos de validação da informação e torná-los parte de seu repertório cotidiano.

Van Dijk (2008) destaca que o poder de manipulação reside, em parte, no controle do acesso à informação. Ao capacitar os estudantes para buscar e verificar dados, essa etapa rompe com a passividade informacional e promove autonomia investigativa.

Etapa 5 – Produção de Narrativas Responsáveis: incentivar a produção de narrativas conscientes é fundamental para consolidar a aprendizagem. Ao criar textos, vídeos ou podcasts que combatam desinformações reais, os estudantes não apenas aplicam o conhecimento adquirido, mas também internalizam a responsabilidade de comunicar com ética e clareza. Essa etapa de criação permite que eles compreendam que a linguagem não é apenas um objeto de análise, mas também um instrumento de transformação social.

Essa última etapa devolve ao estudante o papel de produtor de informação, não apenas de receptor crítico. Inspirando-se na noção freireana de práxis, ação reflexiva transformadora, os alunos elaboram reportagens, vídeos, podcasts ou campanhas digitais voltadas para desmentir fake news reais e promover conteúdos baseados em evidências.

Essa produção não apenas consolida as aprendizagens das fases anteriores, mas também amplia o impacto da intervenção para além dos muros da escola, alcançando a comunidade e incentivando outros a refletirem sobre o problema. Ao se tornarem agentes ativos na disputa pelo sentido no espaço público, os estudantes concretizam o papel de cidadãos críticos e éticos.

Essa sequência de etapas cria um percurso pedagógico coerente que parte do reconhecimento do problema, passa pela compreensão teórica e culmina na ação transformadora. É um caminho que se alinha à ideia de que, como afirma Freire (1996, p. 47), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Assim, as estratégias educacionais aqui propostas não visam simplesmente proteger o aluno das fake news, mas capacitá-lo para atuar ativamente na construção de um ambiente informacional mais saudável. Ao integrar debate crítico, análise discursiva, reflexão ética e

práticas de verificação, a educação filosófico-discursiva transforma a sala de aula em um espaço de resistência consciente contra a manipulação informacional.

Diante dos desafios éticos e pedagógicos impostos pelas fake news, é imprescindível que a escola assuma um papel ativo na formação de sujeitos críticos, éticos e discursivamente conscientes. Essa proposta de intervenção educacional tem como objetivo operacionalizar a abordagem filosófico-discursiva, unindo reflexão crítica, consciência ética e análise da linguagem em práticas pedagógicas concretas.

Conforme defende Paulo Freire (1996, p.45), a educação deve ser “um ato de conhecimento e um ato político”, no qual o professor não se limita a transmitir conteúdos, mas promove a conscientização e a autonomia intelectual do estudante. Assim, a intervenção aqui proposta não se reduz a um conjunto de atividades isoladas, mas a um processo formativo contínuo que deve ser incorporado ao currículo escolar.

Por isso é fundamental que propostas de intervenção como essa sejam implementadas e avaliadas, pois a avaliação da intervenção educacional voltada ao combate às fake news é um processo formativo, contínuo e reflexivo, alinhado à própria natureza da abordagem filosófico-discursiva. Isso significa que avaliar não é apenas medir resultados imediatos, mas acompanhar a evolução das competências críticas, éticas e discursivas dos estudantes ao longo do tempo, reconhecendo que a aprendizagem nesse campo é processual e cumulativa.

Paulo Freire (1996, p. 87) lembra que “a prática educativa é, em si mesma, um ato de avaliação”, reforçando a ideia de que cada interação pedagógica oferece oportunidades para observar e promover o avanço do estudante. Dessa perspectiva, a avaliação não se reduz a provas ou tarefas pontuais, mas envolve observação participativa, análise de produções discursivas e autoavaliação crítica dos próprios alunos.

O processo avaliativo deve considerar múltiplas dimensões de forma integrada e contínua. Em primeiro lugar, é fundamental observar o desenvolvimento do pensamento crítico, identificando se o estudante demonstra maior capacidade de questionar informações, reconhecer inconsistências e buscar evidências antes de formar um julgamento. Essa competência pode ser percebida nas falas durante debates, na formulação de perguntas investigativas e na clareza das análises produzidas ao longo das atividades.

Além disso, é importante avaliar a consciência ética dos alunos, verificando se eles reconhecem a importância da responsabilidade comunicativa e se refletem sobre as implicações morais envolvidas no ato de compartilhar informações falsas. Essa dimensão ética pode se

expressar por meio de redações, ensaios reflexivos ou ainda na postura adotada durante discussões sobre temas sensíveis e controversos.

Outra dimensão relevante é a habilidade de análise discursiva, ou seja, a capacidade de identificar estratégias retóricas e mecanismos linguísticos de manipulação presentes nas fakes news. Essa habilidade pode ser observada em atividades de comparação entre textos verdadeiros e falsos, especialmente quando os alunos reconhecem o uso de enquadramentos discursivos e recursos persuasivos como metáforas, hipérboles e generalizações.

A competência técnica em checagem também deve ser considerada na avaliação, sendo possível mensurá-la a partir da capacidade do aluno de aplicar metodologias de verificação de informações, utilizando ferramentas digitais e critérios adequados para avaliar a confiabilidade das fontes. Trabalhos práticos, relatórios de checagem e apresentações colaborativas podem servir como instrumentos eficazes para essa finalidade.

Por fim, é essencial analisar a produção de narrativas responsáveis, avaliando a habilidade dos estudantes em criar conteúdos informativos que sejam claros, precisos e bem fundamentados, em diferentes formatos como texto, vídeo, áudio ou multimídia. Essa dimensão evidencia não apenas o domínio da linguagem, mas também a compreensão do papel social e ético do comunicador na sociedade contemporânea.

A avaliação deve ser formativa porque não se trata de punir erros, mas de usá-los como oportunidades de aprendizagem. Nessa lógica, feedbacks construtivos são essenciais para que o aluno perceba seus avanços e reconheça pontos a melhorar. Como afirma Castro (2024, p. 7), “a avaliação formativa é poderosa porque fornece informações que orientam a aprendizagem e fortalecem a autonomia do estudante”.

Outro elemento fundamental é a autoavaliação. Estimular que o próprio estudante reflita sobre suas práticas de consumo, análise e compartilhamento de informação cria um ciclo de metacognição, no qual ele não apenas percebe seu progresso, mas também identifica mudanças necessárias em seus hábitos. Essa autorreflexão se conecta diretamente à meta de formar sujeitos autônomos e críticos, objetivo central da proposta filosófico-discursiva.

Por fim, a avaliação deve ser coerente com o caráter emancipatório da educação. Isso significa reconhecer que o impacto real da intervenção vai além da sala de aula: manifesta-se na capacidade dos estudantes de aplicar o pensamento crítico, a ética comunicativa e as habilidades discursivas em seu cotidiano, tornando-se multiplicadores dessas práticas em suas comunidades.

As expectativas de impacto desta intervenção educacional não se limitam à melhoria pontual da capacidade dos alunos de identificar fake news. Pretende-se alcançar transformações mais profundas, que afetem sua forma de pensar, agir e interagir no ecossistema informacional contemporâneo. Em consonância com a perspectiva filosófico-discursiva, espera-se que o processo formativo desencadeie mudanças tanto individuais quanto coletivas, dentro e fora da escola.

No plano cognitivo, a intervenção visa consolidar um pensamento crítico mais robusto, capaz de ir além da simples distinção entre verdadeiro e falso. O estudante deverá desenvolver a habilidade de compreender contextos, identificar intenções subjacentes e analisar a coerência interna de discursos. Como sugere Dewey (1933), o pensamento reflexivo envolve “consideração ativa, persistente e cuidadosa de qualquer crença” (Dewey, 1933, p. 9), e essa é a postura intelectual que se espera cultivar: uma atitude investigativa constante frente à informação.

No plano ético, espera-se fortalecer a consciência moral em relação à comunicação. O estudante deverá perceber que a circulação de notícias falsas não é apenas um problema técnico, mas uma violação de um pacto social implícito que sustenta a confiança pública. Kant (1785) argumenta que a mentira, se universalizada, destruiria as bases da convivência social, e essa compreensão deve guiar o comportamento comunicativo dos alunos. A expectativa é que passem a assumir uma postura mais responsável e comprometida com a veracidade das informações que compartilham.

No plano discursivo, busca-se desenvolver nos alunos uma sensibilidade para identificar estratégias linguísticas e retóricas usadas para manipular percepções. Com base em Bakhtin (1981), compreende-se que todo discurso é situado socialmente e carregado de valores; assim, espera-se que o estudante aprenda a “ler nas entrelinhas” e a desnaturalizar construções discursivas que aparentam neutralidade, mas carregam intencionalidades políticas ou ideológicas.

No plano técnico, a expectativa é que os alunos se tornem capazes de realizar verificações básicas de informações, utilizando ferramentas de fact-checking e aplicando critérios de credibilidade a fontes e conteúdos digitais. Essa competência não é apenas instrumental, mas reforça a autonomia intelectual, pois reduz a dependência de terceiros para validar informações.

No plano social e comunitário, espera-se que os efeitos da intervenção se estendam para além da sala de aula. Os estudantes, ao se tornarem mais críticos e éticos, podem atuar como multiplicadores de práticas de checagem e análise de informação em suas famílias, redes de amigos e comunidades digitais. Isso dialoga com a visão de Freire (1996, p.37) de que “a educação muda as pessoas, e as pessoas mudam o mundo”. Assim, a formação oferecida na escola tem potencial de irradiar para a sociedade, contribuindo para um ambiente comunicativo mais saudável e democrático.

No ambiente escolar, a intervenção pode gerar uma cultura institucional voltada para a integridade informacional. Ao incorporar práticas de análise crítica e produção responsável de conteúdos, a escola se torna um espaço exemplar no combate à desinformação, influenciando não apenas seus alunos, mas também professores, funcionários e famílias.

Em síntese, as expectativas de impacto dessa proposta vão muito além da detecção pontual de fake news: pretende-se formar cidadãos capazes de pensar criticamente, agir eticamente, comunicar com responsabilidade e influenciar positivamente seu meio social. Se bem-sucedida, a intervenção contribuirá para fortalecer as bases cognitivas, éticas e discursivas necessárias à manutenção de uma sociedade informada, plural e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das tecnologias de informação e comunicação transformou radicalmente o modo como produzimos, consumimos e compartilhamos conteúdos. Nesse cenário, as fakes news surgem como um dos fenômenos mais complexos e perigosos do século XXI, não apenas pela facilidade com que se disseminam, mas pela profundidade de seus impactos sobre a vida social, política, cultural e até mesmo sobre a saúde pública. Elas não apenas distorcem fatos, mas também moldam percepções, alimentam polarizações, corroem a confiança nas instituições e fragilizam as bases do debate democrático.

Ao longo deste artigo, argumentou-se que a resposta a esse desafio não pode se restringir a ações tecnológicas, jurídicas ou jornalísticas. Embora essenciais, essas medidas são insuficientes se não forem acompanhadas por uma transformação cultural que envolva a formação de sujeitos capazes de agir criticamente no ecossistema informacional. É aqui que a educação filosófico-discursiva se apresenta como uma via estratégica: ela alia a reflexão filosófica, a responsabilidade ética e a análise crítica da linguagem para formar cidadãos mais conscientes, críticos e eticamente comprometidos com a verdade.

Essa abordagem reconhece que o combate às fakes news não se dá apenas pelo desmentido factual, mas pela formação de competências duradouras. Como afirma Dewey (1933), a reflexão é um hábito que precisa ser cultivado; não basta reagir diante de cada nova narrativa falsa, é preciso construir uma disposição permanente para investigar, questionar e fundamentar opiniões. Ao incorporar princípios éticos, como o imperativo categórico de Kant (1785) e a ação comunicativa de Habermas (1984), e ferramentas de análise linguística inspiradas em Bakhtin (1981), Foucault (1971) e Fairclough (1995), a educação deixa de ser mera transmissora de informações para se tornar um exercício ativo de emancipação intelectual e moral.

A proposta de intervenção delineada neste trabalho demonstra que é possível operacionalizar essa perspectiva em etapas progressivas que vão da sensibilização à produção de narrativas responsáveis. Essa trajetória permite que o estudante transite do reconhecimento do problema para a práxis transformadora (Freire, 1996), tornando-se não apenas um consumidor crítico de informação, mas um produtor de conteúdo ético e socialmente relevante.

O papel do professor e da escola, nesse contexto, é vital. Não basta introduzir conteúdos sobre desinformação de forma pontual; é necessário criar uma cultura escolar de integridade informacional, onde a veracidade, a responsabilidade comunicativa e o diálogo respeitoso sejam valores permanentes. Essa mudança cultural interna tem potencial para irradiar seus efeitos para além dos muros escolares, alcançando famílias, comunidades e redes digitais.

As expectativas de impacto não se limitam ao indivíduo: um estudante formado sob essa perspectiva tende a agir como multiplicador de práticas críticas em seus círculos sociais, contribuindo para um ecossistema comunicativo mais saudável. Ao aplicar rotinas de verificação, questionar discursos suspeitos e promover debates éticos sobre a informação, ele se torna um agente ativo contra a desinformação.

Porém, é preciso reconhecer que a educação, por si só, não conseguirá eliminar o problema. O combate às fakes news demanda também políticas públicas consistentes, regulamentação transparente das plataformas digitais, incentivo ao jornalismo profissional e ações articuladas entre sociedade civil e instituições democráticas. A educação filosófico-discursiva, nesse quadro, atua como pilar fundamental, preparando as pessoas para compreenderem e resistirem aos mecanismos de manipulação informacional, mas sua eficácia depende da cooperação com outros esforços estruturais.

Em síntese, enfrentar as fakes news é enfrentar também um desafio civilizatório: o de preservar a integridade do discurso público em uma era de sobrecarga informacional e desordem comunicativa. Isso exige formar cidadãos capazes de pensar criticamente, agir eticamente e dialogar com responsabilidade. A educação filosófico-discursiva, ao cultivar reflexão, ética e consciência linguística, oferece não apenas uma ferramenta contra a desinformação, mas também um caminho para o fortalecimento de uma democracia mais plural, justa e resiliente.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- ARISTÓTELES. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- CASTRO, Marcela Ferreira de. **Desinformação e fake news na educação**. P2P E Inovação, 2024. Disponível em: <https://consensus.app/papers/desinformação-e-fake-news-na-educação-castro/bfcf930c93e55c1fb0f1ba1f9228dabo>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- DEWEY, John. **How we think: A restatement of the relation of reflective thinking to the educative process**. Boston: D.C. Heath, 1933.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: The critical study of language**. London: Longman, 1995.
- FERNANDES, C. M.; MONTUORI, Christina. **A rede de desinformação e a saúde em risco: uma análise das fake news contidas em 'As 10 razões pelas quais você não deve vacinar seu filho'**. 2020. Disponível em: <https://consensus.app/papers/a-rede-de-desinformação-e-a-saúde-em-risco-uma-análise-das-fernandes-montuori/5f35dbd8b29a59e993519f05b355d3c7>. Acesso em: 15 julh. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1971.
- FRANCESCO, Nayara Nascimento; LEONE, Simone Delago. **Educação midiática contra 'fake news'**. 2020. Disponível em: <https://consensus.app/papers/1-educação-midiática-contra-fake-news-francesco-leone/2071aca6e427577b9109490e9ad37014>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1785.

PEREIRA, João Victor. **Construindo o ‘mito’ e demonizando a esquerda**: uma análise de discurso crítica das dez fake news mais compartilhadas via Facebook e WhatsApp durante a eleição presidencial no Brasil em 2018. Revista ft, 2024. Disponível em: <https://consensus.app/papers/construindo-o-‘-mito’-e-demonizando-a-esquerda-uma-análise-pereira/o67c5e831a8c5ba59574b8845134b254> . Acesso em: 5 ago. 2025.

PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

RIPOLL, Leonardo; CANTO, Fábio Lorensi do. **Fake news e 'viralização'**: responsabilidade legal na disseminação de desinformação. 2019. Disponível em: <https://consensus.app/papers/fake-news-e-viralização-responsabilidade-legal-na-ripoll-canto/8bdcd891f80351d292714f55b62986c8>. Acesso em: 12 julh. 2025.

SOCRATES. **Apologia de Sócrates**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2001.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.